

Sob ataque, agora Petrobras tem presidente interino

Poderes CPI e taxaço estão entre ideias para reduzir preço de combustíveis

Lira reúne líderes partidários para mudanças na Petrobras

Vandson Lima, Raphael Di Couto e Lu Alko Otta
De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), reuniu líderes dos partidos governistas e de oposição para discutir mudanças que permitam diminuir o preço praticado pela Petrobras para os combustíveis. A reunião foi inconclusiva e novos encontros ocorrerão ao longo do dia de hoje, mas a intenção é que o próprio governo tome a iniciativa e proponha medidas provisórias para mudar a política de preços da empresa — da paridade de preços de importação para a de exportação —, acabar com a preferência da companhia nos leilões do pré-sal e alterar as regras para composição dos conselhos de administração previstos na Lei das Estatais. Em segundo plano ficaram ideias de aumentar os impostos sobre os lucros do setor de óleo e gás.

Outras reuniões ocorrerão hoje. Lira tomará um café com os partidos de oposição e almorçará com os da base. Também serão convocados integrantes do governo — na reunião de ontem, nenhum ministro ou técnico participou, apenas o líder do governo na Câmara, Ricardo Carvalho. "Há sentimento quase unânime de todos os líderes de que o Ministério da Economia e o governo federal tem que ter atuação mais direta", disse Lira.

Segundo os líderes do Solidariedade, Lucas Vergílio (SD-GO), e do Republicanos, Vinícius Carvalho (SP), serão quatro temas debatidos com a intenção de que sejam encaminhados como medida provisória, com vigência imediata. "Amanhã [hoje] acontecerá outra reunião com técni-



Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados: "A intransigência não é o melhor caminho. Mas não a admitiremos"

cos do governo e líder do governo para avaliar a medida legislativa mais eficaz", disse Carvalho. O governo também estuda tornar a União minoritária no controle da empresa. Segundo fontes informaram ao Valor, o Executivo avalia propor a conversão das ações preferenciais da estatal em ordinárias e, dessa forma, a União deixaria de ser controladora da empresa. A privatização é defendida pelos ministros da Economia, Paulo Guedes, e de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, além do próprio presidente Jair Bolsonaro (PL). Há, contudo,

resistências no Congresso porque muitos deputados acreditam que abrir mão de um monopólio estatal para um privado será muito mais nocivo para o país e a ideia nem chegou a ser debatida ontem por Lira e os líderes. Sachsida participará de audiência pública na Câmara hoje e será questionado sobre o assunto.

O PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, decidiu propor a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), mesmo com a renúncia ontem do agora ex-presidente da Petrobras José Mauro Coelho, como era ex-

igido por Lira. O apoio à iniciativa será debatido por cada partido individualmente, mas, se somados os deputados do PL e da oposição, já seriam alcançadas as assinaturas necessárias para a CPI. A intenção do PL é direcionar as investigações para a corrupção dos governos do PT. A oposição não decidiu ainda se endossará a CPI, mas aliados do próprio governo consideraram que era um tiro no pé do Executivo sugerir uma investigação sobre um braço do próprio governo. O PT já se antecipou e quer convidar Coelho à Comissão de Minas e Energia.

Renúncia acelera troca na estatal

Gabriela Ruddy e Fábio Couto
Do Rio

A decisão de José Mauro Coelho de renunciar aos cargos de presidente da Petrobras e membro do conselho de administração da empresa ontem pavimentou o caminho para que o novo indicado ao CEO, Caio Paes de Andrade, assumiria o cargo antes mesmo da realização da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas. Ontem de manhã, a estatal informou que o diretor de exploração e produção, Fernando Borges, foi escolhido como presidente interino até a posse do novo CEO. Segundo fontes, deve ocorrer "em breve" a reunião do conselho que vai confirmar Andrade como conselheiro e, em seguida, presidente.

A renúncia de Coelho acelerou a troca. Um mecanismo similar foi usado no começo do governo Jair Bolsonaro, na época, para levar Roberto Castello Branco à presidência da companhia já desde o primeiro dia do governo.

Andrade precisa ser eleito membro do conselho de administração antes de assumir como CEO. Segundo fontes, a convocação da reunião do conselho que vai escolher Andrade como conselheiro interino depende apenas do fim da análise do currículo dele pelo Comitê de Elegibilidade (Celeg) da estatal. O Celeg indica se os indicados preenchem os requisitos técnicos para concorrer aos cargos e se não há vedações para que assumam as funções. "Isso deve acontecer rápido. Essa análise já está quase pronta", diz uma fonte, a respeito da avaliação de Paes de Andrade.

Até o começo da noite de ontem, a reunião ainda não havia sido convocada, segundo fontes. A eleição dos conselheiros, em geral, ocorre em uma assembleia de acionistas. Entretanto, quando há uma renúncia, o processo muda, pois o próprio conselho pode eleger interinos para cobrir os cargos vagos.



Caio Paes de Andrade: indicado por Bolsonaro pode ter posse antecipada

A escolha de um conselheiro interino e a nomeação como presidente pelo próprio conselho obedece às regras do estatuto da empresa, bem como regramento previsto junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de acordo com fontes.

Uma situação parecida ocorreu durante a transição do governo Michel Temer para Bolsonaro, conselheiro na estatal, e abriu espaço para a entrada de Roberto Castello Branco na presidência da empresa antes da assembleia de acionistas.

Na época, o conselho elegeu Castello Branco como conselheiro e CEO para assumir o cargo em janeiro de 2019 e em abril daquele ano uma AGE confirmou o cargo do executivo no conselho.

Agora, o conselho da empresa deve realizar uma dinâmica similar, depois de Paes de Andrade assumir a vaga como interino no colegiado, na reunião a ser convocada em breve, o próprio conselho pode confirmá-lo no cargo de CEO,

ativos para análises de integridade e conformidade dentro da Petrobras foram entregues somente nos últimos dias e ainda serão avaliados.

Com isso, os processos de checagem dos nomes pelo Celeg ainda deve demorar, assim como a reunião do conselho que vai convocar a assembleia.

Mesmo com Andrade já atuando como conselheiro interino e presidente, a AGE ainda vai ocorrer. O objetivo será confirmar o cargo e eleger o restante do colegiado. O conselho da Petrobras tem hoje 11 membros, mas três vagas não estarão em jogo nessa eleição, pois estão reservadas à representante dos empregados, Rosângela Buzanelli, e a dois indicados dos minoritários eleitos pelo voto em separado da União, Marcelo Mesquita e Francisco Petros.

Nos últimos dias, já era esperada a renúncia de algum dos conselheiros indicados pela União, de modo a acelerar o processo e levar logo Paes de Andrade à presidência da empresa. Frente à recusa de Coelho de deixar o cargo, foi aventada a possibilidade, dentro do governo, de que algum outro membro do conselho optasse por renunciar.

Desde a semana passada, no entanto, cresce a pressão sobre combustíveis anunciados na sexta-feira. Na ocasião, a Petrobras aumentou o preço do diesel vendido nas refinarias às distribuidoras em 14,26% e reajustou a gasolina em 5,18%. A decisão gerou reações irritadas do presidente Jair Bolsonaro e de membros do Congresso Nacional. Coelho havia assumido o cargo em situação similar, em 14 de abril, depois de ter sido escolhido para substituir Joaquim Silva e Lima demitido em março, também alvo de críticas de Bolsonaro, insatisfeito com a política de preços da companhia, em linha com o mercado internacional.

Chantagem visa a rifar governança da empresa

Análise

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

"Não há o que comemorar nos fatos recentes envolvendo a Petrobras. Não há vencedores, nem vencidos", foi assim, quase devolvendo o troféu pela cabeça de José Mauro, que o presidente da Câmara dos Deputados reagiu no Twitter à renúncia do presidente da Petrobras. Coelho já havia sido demitido só aguardava a assembleia de acionistas da empresa para entregar o cargo. O deputado Arthur Lira (PP-AL) já sabia que o executivo estava por um fio. Por que gastou 652 palavras num artigo para a "Tolha de São Paulo" para fazer com a Petrobras o que cabe numa só chantagem?

A resposta está no próprio artigo. Nele Lira pergunta quanto os diretores gastam em suas viagens, quem paga suas refeições, como construíram seu patrimônio e de seus parentes, como investem com quem eles e os conselheiros conversam. O recado não podia ser mais claro. Se o ocupante do segundo cargo na linha sucessória da Presidência da República se presta a esse papel não foi apenas para derrubar um executivo que estava para cair no para encenar um protesto contra o aumento de combustíveis da semana passada que neutralizou seu interlúdio embeate pela redução do RMS. São os funcionários fantasmas da Assembleia Legislativa de Alagoas sabem que isso estava marcado para acontecer.

A chantagem guarda relação com outro projeto do deputado, que é o de destruir a governança que foi engendrada na empresa desde que seu partido liderou o butim. O PP já se deu conta de que o orçamento secrete mas tem fundo. É o único jeito de avançar sobre os investimentos da União e retomando a joia da coroa. Para quem falava em privatização até outro dia, Lira revelou-se bem apegado ao controle da estatal.

Ainda restam os diretores, os conselheiros e a política de governança da estatal. As indicações passam por um regime de aprovação rigoroso guiado pelo estatuto da Petrobras e pela Lei das Estatais. Há comitês técnicos estatutários que submetem as decisões dos diretores a um crivo colegiado. Transações ilícitas podem até acontecer, mas trata-se de uma corrida de obstáculos — penosa até para infratores rodados. Não importa que a preservação desse arcabouço de regras, preservado pela atual diretoria da empresa, que levou o conselheiro Francisco Petros a enfiar uma carta, na sexta-feira da semana passada, a Coelho, e aos ministros de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, e da Casa Civil, Giro Nogueira. Na carta, Petros acenou com uma saída conciliatória de discussão de uma nova fórmula de reajuste desde que o acionista majoritário voltasse atrás na pretensão de troca na direção da companhia e na composição do Conselho de Administração. A pressão pela saída, no entanto, foi mais forte.

Além da investida de Lira, pesou

contra a permanência de Coelho a retirada do apoio do almirante Bento Albuquerque, ex-ministro das Minas e Energia. Ex-secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, Coelho tinha convite da iniciativa privada e estava de saída do ministério mas declinou dele para aceitar o cargo, em meados de abril, a pedido do ex-chefe.

A substituição do general Joaquim Silva e Lima empurrada depois que o presidente do Flamengo Rodolfo Landim e o consultor Adriano Preses desistiram da indicação, respectivamente, para a presidência do Conselho e da empresa. Este impasse empurrou Coelho a aceitar o cargo.

Depois de deixar o ministério por se recusar a ceder às pressões do presidente Jair Bolsonaro pela mudança na política de preços, o ex-ministro findou por externalizar, na semana passada, sua crítica à Petrobras por sua conduta.

Acionado pelo Palácio do Planalto, o mesmo empresário que havia convidado Coelho a atuar como executivo em seus negócios quando ele ainda estava no MME já havia voltado à carga com o mesmo convite, mas o ex-presidente da Petrobras resistiu. A renúncia acabou selada em meio ao recrudescimento da ofensiva governista depois do reajuste da semana passada.

Bento Albuquerque disse ao Valor que a saída de Coelho foi uma "decisão pessoal" do executivo da qual ele foi comunicado por telefone na manhã de ontem. O ex-ministro afirma ter sido convidado a estruturar a Empresa Brasileira de Refinaria de Energia Nuclear e B Nacional, estatal que assumirá o controle da Estação de Refinação de Ilhaçu com a privatização da Eletrobras, mas não confirma que virá a integrar seu conselho de administração.

A CPI da Petrobras pode até não sair mas eles há que inventar outra maneira de chacoalhar esta governança. Não importa que não consigam fazê-lo até a eleição. O importante é que concluem até a posse do novo governo. Sejam quais forem os planos do próximo presidente da República para a estatal, lá estarão fincadas, novamente, as estacas do Centro.

Por isso surpreende o apoio da oposição, que lidera a disputa sucessória, à CPI. É bem verdade que a comissão pode ser fonte de desgaste para o presidente da República. Todas as coisas, mas não faltam flancos de desgaste neste governo. Aliar-se a Lira nesse momento é lhe deixar em condições de dar as cartas na estatal num eventual governo petista. A não ser que o PP pretenda recidivar a aliança com o PP que tanto prejudicou a empresa.

Depois do tom do aache, o mais surpreendente do artigo de Lira é sua administração por Theodore Roosevelt (1858-1919). O presidente da Câmara junta-se, em sua admiração, a um adversário de longa data, o ex-juiz Sérgio Moro que, em sua autobiografia, cita o ex-presidente americano para concordar com a frase de que "não existe crime mais sério do que a corrupção".

Cade mantém-se fora de debate sobre a petrolífera

Beatriz Olivan
De Brasília

Apesar de novas pressões sobre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a respeito da política de preços da Petrobras, a autarquia mantém a postura de que não cabe a ela impor redução, segundo fontes ou combustíveis não vão impor uma redução de preço por parte do Cade. Mas não está descartado que as decisões possam levar a companhia a optar pela mudança da política de preços.

Essa já era a postura da autarquia em maio. No feriado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que parlamentares estão buscando iniciativas para questionar o preço dos combustíveis, inclusive provocar o Cade para investigar se há excesso de práticas de monopólio.

De acordo com fonte ouvida pelo Valor, todos os inquéritos envolvendo a Petrobras na autar-

quia são tratados como prioridade. Além disso, ainda não teria ocorrido convite para falar sobre o tema com os parlamentares e a ideia de que a autarquia não vai impor preços permanece.

O conselheiro Gustavo Augusto, um dos sete integrantes do Tribunal do Cade, reforça que o Conselho não irá interferir nos preços diretamente, mas vai atuar de forma mais incisiva para cobrir práticas de abuso de posição dominante. Augusto era assessor jurídico da Presidência da República e, em 25 de maio, capitaneou a abertura de processo sobre os preços de venda de óleo cru praticados pela Petrobras na venda para a refinaria de Mataripe (BA), operada pela Acelen.

Há mais dois inquéritos abertos além desse: "Conveniência com o presidente [do Cade] e estamos solicitando que a Superintendência Geral de prioridade a essas investigações, principalmente na questão da discriminação de preços", afirmou Augusto. O Cade disse que não se manifestou sobre inquéritos em curso.

Nogueira defende solução provisória contra alta do preço dos combustíveis

Fabio Murakawa e Andrea Jubé
De Brasília

O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, disse em entrevista ao Valor ser contrário a uma mudança na política de preços da Petrobras. Mas defendeu que a empresa implemente "mecanismos de transição" para atravessar este momento de crise, em que os preços vêm sendo impulsionados pela guerra na Ucrânia. "Eu acho que nós tínhamos que ter uma medida de transição para este momento de guerra. Porque o preço do barril não é esse. Isso é um valor artificial por conta da guerra. Nós tínhamos que ter mecanismos de transição nesta época para enfrentar este momento", afirmou. "Nós estamos em um período de crise mundial. O petróleo não era para estar nesse valor se não tivesse essa guerra na Ucrânia. Uma coisa é o petróleo a US\$ 120 [o barril], outra coisa é o petróleo a US\$ 60."

Na opinião de Nogueira, o país já deveria ter implementado esse mecanismo para enfrentar a crise, mas a ideia não encontrou respaldo na Petrobras.

"Eu acho que nós tínhamos que efetivamente ter tido medidas para enfrentar essa crise, como aconteceu em diversos outros países. Mas nós não encontramos sensibilidade na Petrobras, também muitas vezes por questões de CPF dos próprios gestores, que ficam preocupados com as penalidades que eles possam vir a sofrer se isso for implementado", disse. "Passada a crise, eu acho que essa discussão perde um pouco o apelo. Porque, se o petróleo cai a US\$ 60, não tem esse apelo tão forte. Ninguém esperava uma guerra tão longa."

O ministro ponderou, no entanto, que há obstáculos "que às vezes são intransponíveis" para a superação da crise. O principal deles é a importação de combustíveis, que ele diz ser fruto do fracasso do país em ser autossuficiente no refino — responsabilidade que ele atribui aos governos do PT: "O Brasil é o único país grande no mundo que não é autossuficiente em refino. [...] Hoje nós estamos nesse momento de crise protegidos, se nós tivéssemos feito isso. Não fizemos".

Nogueira queixou-se de falta de "transparência" na questão dos preços, alegando que "a Petrobras se comunica muito mal". "A maior parte do valor dos combustíveis não é oriunda da Petrobras. Mas ela não consegue passar isso para o consumidor. Passa sempre uma imagem de que o grande culpado do valor dos combustíveis no nosso país é a Petrobras. E



Nogueira: "Tínhamos que ter uma medida de transição para este momento de guerra. Porque o preço do barril não é esse"

às vezes não é", disse. "Acho que tem que haver transparência, porque isso é um valor mundial e as pessoas não entendem dessa forma. E isso tem prejudicado muito a imagem do governo."

Para ele, a rígida governança atual da empresa, que privilegia o lucro em detrimento da função social da empresa, é "fruto de um período nefasto da história da Petrobras, de corrupção, de má gestão", que criou "um prejuízo jamais visto na história de empresas petrolíferas do mundo".

"[Essa má gestão] acabou criando uma série de amarras na governança, que num momento agora como esse estão prejudicando muito o país, principalmente os consumidores", afirmou.

Nogueira disse ser lógico que a empresa coloque foco no lucro. Mas, para ele, grande parte desse lucro "tem que ser transformado em investimentos na própria empresa para torná-la mais eficiente".

"Houve nos últimos anos uma prioridade total nos dividendos dos acionistas. E eu também acredito até para os seus próprios diretores. Quando você distribui dividendos, aumenta a rentabilidade dos diretores", disse. "É lógico que é um foco de toda empresa ter lu-

cro. Mas uma empresa que tem um caráter que tem a Petrobras, de ser a única no país que tem uma série de benefícios, tem que ter um pouquinho a visão social que está lá no seu próprio estatuto."

Nogueira foi questionado se a privatização da Petrobras está de fato no horizonte do governo, como defendeu o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, ao ter sido nomeado, em maio.

"Eu acho que sim [está no horizonte]. Porque se provou que a Petrobras não tem uma função de ser pública, na minha visão. Não vejo por que ela ser pública no atual momento porque ela não trouxe benefício nenhum para a população", disse. "O grande controlador mesmo da empresa, o maior beneficiário, que tinha que ser a população, não teve benefício nenhum de ser uma empresa pública."

Nogueira disse ainda que o PT teme a instauração de uma CPI da Petrobras, como propôs o presidente Jair Bolsonaro, porque a medida pode resgatar os escândalos do governo petista.

"Qual o grande temor do PT hoje numa CPI ou numa discussão sobre a Petrobras? Não dá para comparar a Petrobras de hoje com o que era a Petrobras no tempo do

PT", disse. "Hoje a Petrobras não tem nenhum escândalo. O grande prejuízo que hoje a Petrobras está dando à população foi por conta desses malfeitos do passado."

O ministro afirmou, porém, que não trabalhará pela instalação do colegiado, pois entende que essa decisão cabe ao Congresso.

"Esta é uma decisão do Congresso. Não vou trabalhar para ter ou não ter uma CPI. É uma decisão do Congresso, que deve ser pertinente", afirmou. "Agora, se tiver CPI, que seja algo propositivo, não só acusar. Mas tem que sair alguma coisa para trazar um caminho."

O desvio de recursos da Petrobras para irrigar os cofres de partidos políticos está no cerne da Operação Lava-Jato, que culminou com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2018.

Lula teve todas as condenações anuladas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em diferentes decisões, a mais alta Corte do país entendeu que o caso não deveria ter sido julgado pela 14ª Vara Federal, do juiz Sérgio Moro, e declarou o magistrado suspeito para julgar o ex-presidente.

CVM vai apurar troca na Petrobras

Juliana Schincariol
Do Rio

O novo episódio envolvendo a troca de comando da Petrobras ensejou a abertura de mais um processo administrativo pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Trata-se de análise, em fase inicial, após pressão do governo para que José Mauro Coelho renunciasse à presidência da estatal — o que ocorreu na manhã de ontem.

A análise pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) envolve "notícias, fatos relevantes e comunicados". A CVM não comenta casos específicos.

No domingo, circulavam informações de que Coelho poderia renunciar. A Petrobras confirmou a saída do executivo na segunda-feira, pouco antes de 10h. Coelho vinha sendo pressionado a deixar o cargo, em especial após a decisão da Petrobras de reajustar a gasolina em 5,2% e o diesel em 14,2%, na sexta-feira. Durante o fim de semana, o presidente Jair Bolsonaro ameaçou a ins-

talação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a empresa. E o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em artigo publicado no jornal "Folha de S.Paulo", chamou Coelho de "ilegitimo".

Essa não é a primeira vez que trocas abruptas de comando são analisadas pela CVM. O mesmo aconteceu, por exemplo, em 2021, quando Bolsonaro decidiu substituir Roberto Castello Branco do comando da estatal, e em março deste ano, após a saída de Joaquim Silva e Luna.

O fato de a Petrobras ser uma empresa de economia mista a coloca em um conflito considerado natural. O controlador pode direcionar a companhia para o interesse público declarado na lei que a criou, conforme previsto no artigo 238 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404). Esse dispositivo deve ser interpretado em conjunto com as disposições da Lei das Estatais (Lei 13.303), que exige que as estatais tenham transparência com relação ao te-

ma. "A pressão sob os executivos para uma sociedade de economia mista é maior, por acionistas, pelo lucro, e pela sociedade, pelo preço do combustível", afirma o advogado André Camargo, sócio na área de governança corporativa do escritório IozziniFreire.

"Ainda que a empresa fosse alterar a política de preços, os administradores continuam sujeitos a seus deveres fiduciários, especialmente no que diz respeito a agir no melhor interesse da companhia", completa Jonathan Mazon, sócio da área de governança corporativa do escritório Junqueira Le Advogados.

Do lado do controlador, o presidente da República, principal representante da União, não esconde a insatisfação com o preço do combustível e a condução da companhia, ao mesmo tempo em que afirma que não vai interferir na política de preços. Para especialistas, apesar de abrir espaço para abuso de poder, essa postura tem objetivos eleitorais.

Por enquanto, uma pressão externa gerou as renúncias, de Coelho e de seus dois antecessores. Um advogado que acompanha assuntos ligados à CVM acredita que uma eventual responsabilização pode ocorrer se a companhia der sinais de que vai ceder a uma eventual ingerência do Estado. "Os minoritários podem reclamar já por conta da volatilidade decorrente da intervenção da União", diz.

Um dos casos em que a autoridade do mercado de capitais pediu responsabilização da União envolveu a Eletrobras, em julgamento realizado em maio de 2015. Na época, a autarquia multou o governo federal em R\$ 500 mil por conflito de interesse em assembleia da empresa, que tratou da renovação de concessões do setor elétrico em 2012. Dois anos depois, essa decisão, foi revertida pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN). A absolvição foi baseada no fato de que a decisão da União foi voltada para atender o interesse público.

Mercados Moeda fechou a R\$ 5,18, com Petrobras no radar; Ibovespa teve leve alta em meio a feriado em NY

Dólar sobe em sessão de baixa liquidez

Matheus Prado, Victor Rezende, Gabriel Roca e Igor Sodré
De São Paulo

Os principais ativos do mercado local tiveram um pregão de oscilação limitada ontem, à medida que a ausência da liquidez dos negócios e, adicionalmente, acabou ajudando a dissipar parte dos temores relacionados à pressão do governo e do Congresso para alterar os rumos da política da Petrobras. A bolsa fechou o dia em leve alta, as taxas dos juros futuros recuaram e o dólar voltou a avançar.

Apesar de o feriado de "Juneteenth" nos EUA ter diminuído o giro nos mercados, a sessão teve um início tenso após a Petrobras infor-

mar que José Mauro Coelho pediu demissão do cargo de conselheiro de administração da empresa. O anúncio fez com que a negociação das ações fosse suspensa e, no momento da abertura, os papéis recuassem mais de 4%. Após o susto inicial, as ações ordinárias da estatal se recuperaram e fecharam em alta de 0,87%, enquanto as preferenciais subiram 1,14%.

"A pior hipótese aventada, na minha visão, é o imposto sobre exportação de petróleo, pois impacta outras empresas. Essas companhias menores, que compraram poucos da Petrobras, poderiam até alegar que houve quebra de contrato, o que teria um impacto mais disseminado em termos de credibilidade para o governo. Taxar os

lucros da empresa como um todo também traria leitura negativa para os papéis, já que impacta os minoritários", diz Alan Gandelman, diretor-executivo da Planner.

O Ibovespa terminou o dia em ligeira alta de 0,03%, negociado aos 99.853 pontos. Por um lado, o índice foi negativamente impactado pelas ações da Vale, que caíram na esteira de um novo tombo nos preços do minério de ferro. Por outro, foi impulsionado por papéis do setor financeiro.

As ações ordinárias da mineradora caíram 2,47%, enquanto os papéis preferenciais do Itaú e do Bradesco avançaram 4,35% e 2,65%, respectivamente. O volume negociado dentro do índice foi de R\$ 17,29 bilhões, bem abaixo da

média diária de R\$ 22,63 bilhões observada ao longo de 2022.

No mercado cambial, os ruídos políticos contribuíram para que o dólar registrasse mais uma sessão de valorização ante o real. A divisa americana encerrou a sessão em alta de 0,85%, negociada a R\$ 5,1867. "Ingerência política gera incerteza não apenas em relação à Petrobras mas também às outras estatais", pontua Luciano Rostagno, estrategista-chefe do Banco Mizuho. O profissional avalia, no entanto, que o foco da semana tende a ser a política monetária dos EUA e a disposição de outros membros do conselho do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) em elevar as taxas de juros em 0,75 ponto percentual.

Já os juros futuros encerraram a

sessão em ligeira queda, especialmente nos vértices mais longos, enquanto os curtos ainda refletem alguma pressão da volatilidade provocada pela discussão em torno dos preços de combustíveis. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 subia a 13,58% no fim da sessão regular, ante 13,55% do ajuste anterior, enquanto a do DI para janeiro de 2025 caía a 12,475%, de 12,52%.

Os economistas do J.P. Morgan observam que o debate relacionado aos combustíveis se soma aos riscos em torno da implementação dos cortes de impostos e aumenta "a incerteza sobre a dinâmica da inflação". A decisão da Petrobras de aumentar os preços dos combustíveis na sexta-feira repercutiu

em Brasília com o Congresso e líderes do governo ameaçando medidas para intervir e conter os lucros da empresa, agravando ainda mais o debate fiscal nas próximas semanas", notam os profissionais em relatório enviado a clientes.

Na esteira dos reajustes feitos pela Petrobras e da aprovação do projeto que impõe um teto na cobrança do ICMS sobre energia elétrica, telecomunicações e combustíveis, algumas casas já atualizaram suas projeções para a inflação, e a tendência de revisões baixistas no IPCA deste ano e altistas no de 2023 tem mostrado fôlego. Os economistas da MCM Consultores reduziram a projeção de inflação de 2022 de 9% para 7,4% e elevaram a de 2023 de 5,2% para 5,7%.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política / Finanças **Caderno:** A e C **Página:** 6, 7 e 2